

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Em seu caderno de provas, caso haja item(ns) constituído(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG101-I

Alguns idiomas fictícios foram criados especialmente para a série **Game of Thrones**. Daí surgiram palavras e expressões bem conhecidas pelos fãs, como “dracarys” – palavra que a personagem Daenerys Targaryen (Emilia Clarke) usa para mandar seus dragões cuspirem fogo. A palavra faz parte do alto valiriano, uma língua muito presente no decorrer da trama dos Targaryen e que apareceu de novo em **House of the Dragon**, *spin-off* de **Game of Thrones**.

A Antiga Valíria era um antigo império localizado em Essos, continente a leste de Westeros. Ela é pouco mencionada na série, pois não existe mais, mas sua língua (o alto valiriano) ainda é usada por uma elite seleta. Seria como falar latim clássico na Europa medieval.

Segundo **As Crônicas de Gelo e Fogo**, livros escritos por George R. R. Martin que inspiraram a série, o alto valiriano não seria uma linguagem de comunicação cotidiana, mas utilizada pela nobreza na literatura e na música. Ao longo do tempo, o idioma originou dialetos simplificados, falados em várias regiões, como o baixo valiriano, sendo possível traçar um paralelo com o latim clássico e o latim vulgar. Daenerys, inclusive, domina e usa estrategicamente ambas as variações.

No alto valiriano, idioma do mundo de GOT, diferentemente do português, há quatro gêneros gramaticais, divididos entre lunares, solares, terrestres ou aquáticos. Nomes que se referem a humanos são geralmente lunares; profissões e partes do corpo, solares; alimentos e plantas são terrestres; e os líquidos são aquáticos.

Internet: <super.abril.com.br> (com adaptações).

Com base nas ideias e construções linguísticas do texto CG101-I, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com as informações do texto, o alto valiriano é um idioma fictício que, inspirado no latim clássico, foi criado especialmente para a série **Game of Thrones**.
- 2 No segundo período do segundo parágrafo, os vocábulos “pois” e “mas” introduzem, respectivamente, orações com sentido explicativo e adversativo.
- 3 Entende-se da leitura do texto que uma das diferenças observadas entre a língua fictícia de GOT, o alto valiriano, e o português é a flexão de gênero dos substantivos.
- 4 A correção do texto seria mantida caso a expressão “a leste de Westeros” (primeiro período do segundo parágrafo) fosse reescrita com acento indicativo de crase — **à leste de Westeros**.

Acerca dos sentidos e aspectos linguísticos do texto CG101-I, julgue os itens que se seguem.

- 5 No primeiro parágrafo, o trecho “uma língua ... **House of the Dragon**” (terceiro período) está entre vírgulas porque funciona como aposto explicativo do termo “alto valiriano”.
- 6 A substituição do trecho “para mandar seus dragões cuspirem fogo” (segundo período do primeiro parágrafo) por **para ordenar que seus dragões cusparam fogo** manteria a correção gramatical, os sentidos e a coerência do texto.
- 7 O pronome “Ela” (segundo período do segundo parágrafo) retoma, por coesão, “**House of the Dragon**” (último período do primeiro parágrafo).
- 8 A correção gramatical e os sentidos originais do texto seriam preservados caso a vírgula empregada logo após o vocábulo “corpo” (último período do quarto parágrafo) fosse eliminada.
- 9 O último período do segundo parágrafo expressa uma suposição.

Texto CG101-II

É inquestionável que um importante marco da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) foi o conceito de educação básica composta por três etapas, que devem estar organizadas de forma orgânica e articulada. De acordo com Cury (2002), “a educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar”.

Para que esse conceito se efetive, é fundamental a intervenção do Estado, com a participação da sociedade civil, por meio de políticas — programas e projetos — definidas em um planejamento, que leve em conta a análise estratégica da realidade como um todo e em cada situação específica.

Nesse entendimento, dilemas presentes na educação básica brasileira necessitam ser confrontados: desigualdades econômicas, sociais, culturais e de cor ou raça, bem como desequilíbrios regionais.

Ana Maria de Albuquerque Moreira. **Dilemas e desafios para a consolidação da educação básica no Brasil**. In: Maria Zélia Borba Rocha; Nara Maria Pimentel (Orgs.). **Organização da educação brasileira: marcos contemporâneos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016, p. 230 - 31 (com adaptações).

Acerca das ideias e de aspectos linguísticos do texto CG101-II, julgue os itens subsequentes.

- 10 Entende-se da leitura do texto que a educação básica deve ser efetivada pelo Estado com a participação da sociedade civil.
- 11 Segundo a autora do texto, para que haja efetivação do conceito de educação básica, é necessário que as desigualdades sociais, econômicas, de raça ou cor sejam enfrentadas.
- 12 Estariam preservados o sentido e a correção gramatical do texto caso a palavra “estratégica” (segundo parágrafo) fosse substituída por **tática**.

- 13 Estaria mantida a correção gramatical do texto caso o pronome “se”, em “se efetive” (segundo parágrafo), estivesse posposto à forma verbal — **efetive-se**.

A respeito dos poderes e atos administrativos, observadas a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

- 14 Os atos administrativos negociais conjugam um pedido de consentimento do particular e uma declaração da administração pública, a exemplo da licença.
- 15 A aplicação de multa é exemplo de ato administrativo decorrente do poder de polícia da administração pública, dotado de autoexecutoriedade e passível de delegação.
- 16 No âmbito da autotutela da administração pública, a anulação de ato administrativo que afete interesses individuais não prescinde da observância do contraditório.

No que concerne à organização administrativa do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- 17 A criação e a extinção de uma agência reguladora é efetivada por meio de decreto privativo do chefe do Poder Executivo.
- 18 A desconcentração constitui fenômeno interno revelada por meio do desmembramento de órgãos da administração pública para melhora na estrutura organizacional, sem prejuízo da centralização da atuação do Estado.
- 19 Agência executiva é uma categoria específica de pessoa jurídica integrante da administração pública indireta que, assim como as autarquias e fundações, é dotada de autonomia de gestão e disponibilidade de recursos financeiros próprios.

Acerca do controle da administração pública e da responsabilidade civil do Estado, observadas a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência dos tribunais superiores, julgue os próximos itens.

- 20 O controle exercido pelos ministérios sobre pessoas jurídicas integrantes da administração pública indireta denomina-se supervisão ministerial e denota modalidade de controle externo por subordinação.
- 21 O Estado responde objetivamente pelos danos ocasionados a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.
- 22 Prevalece no ordenamento jurídico brasileiro, no tocante à responsabilização civil do Estado, a teoria do risco integral.

Julgue os itens a seguir, considerando a literatura jurídica e a jurisprudência sobre os princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 23 A publicidade dos atos processuais só poderá ser restringida quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- 24 Segundo entendimento jurisprudencial, pode um município proibir o serviço de transporte de passageiro individual por meio de aplicativos.
- 25 Embora reconhecida como um dos princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana é uma construção jurisprudencial que não tem previsão constitucional expressa.

Nos termos do disposto na CF sobre a organização do Estado e a administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 26 Tanto a União, como os estados, o Distrito Federal e os municípios devem cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- 27 Caso um cargo público ocupado seja extinto ou que seja declarada a sua desnecessidade, o servidor estável que o ocupar será exonerado e receberá indenização proporcional ao tempo de serviço.
- 28 Na CF, a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos é absoluta.

Com base nas disposições constitucionais a respeito do Poder Judiciário, das funções essenciais à justiça e entendimento jurisprudencial da CF, julgue os itens a seguir.

- 29 O estatuto da magistratura deve ser instituído por lei ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
- 30 O salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial, salvo nos casos previstos na CF.
- 31 Na CF, são previstas, como funções essenciais à justiça, não apenas o Ministério Público, mas também a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

Considerando a ética, a moral, os princípios e valores, julgue os itens subsecutivos.

- 32 A falta de rigidez de valores e padrões, a heterogeneidade cultural e a diversidade política são características da denominada modernidade líquida, no conceito criado por Zygmunt Bauman.
- 33 As tradições de uma determinada coletividade influenciam a formação dos seus valores morais.
- 34 O estudo da ética está interligado à análise dos hábitos e dissociado das normas de conduta existentes em uma sociedade.

Julgue os itens a seguir, a respeito das regras estabelecidas na Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações.

- 35 O terceiro que receber vantagem econômica, de qualquer natureza, para fazer declaração verdadeira sobre medida de mercadorias fornecidas a órgão público da administração direta responde por improbidade administrativa.
- 36 A voluntariedade da conduta do agente é condição suficiente para a tipificação do ato de improbidade.

Julgue os próximos itens, considerando a ética, o exercício da cidadania e da função pública.

- 37 A cidadania é um dos objetivos a ser perseguido pelo Estado no desenvolvimento da educação.
- 38 O exercício da cidadania está vinculado exclusivamente aos direitos reconhecidos em favor da pessoa humana em face da comunidade na qual está inserida.

Com base nas disposições da Lei n.º 16.309/2018 do Estado de Pernambuco, julgue os itens seguintes.

- 39 A competência para instauração do procedimento de investigação preliminar é do Procurador Geral de Justiça.
- 40 A comissão responsável por conduzir o procedimento de investigação preliminar deverá concluir a investigação no prazo de 60 dias, que poderá ser prorrogado uma única vez por igual período.
- 41 É vedada a subdelegação da competência para instauração do procedimento de investigação preliminar.

Julgue os itens subsequentes, com relação aos objetivos, às diretrizes e às bases da educação nacional.

- 42** Constituinte o ensino religioso disciplina dos horários normais da escola pública, a dispensa dos alunos ficará a cargo do professor.
- 43** A educação, além do pleno desenvolvimento da pessoa, tem por objetivo a sua qualificação para o trabalho.

A respeito da inclusão da pessoa com deficiência e do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens subsecutivos.

- 44** Ao acompanhante de pessoa com deficiência serão conferidos os mesmos direitos deste no que diz respeito ao atendimento prioritário.
- 45** Mediante suprimento da vontade, a pessoa com deficiência poderá ser obrigada a tratamento forçado.

Acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino e das operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, julgue os itens a seguir.

- 46** A obrigação de o ensino médio assegurar a função formativa para os estudantes está restrita aos adolescentes.
- 47** A proposta pedagógica das unidades escolares de ensino médio deverá traduzir aquela construída coletivamente.

Julgue os próximos itens, a respeito da Reforma do Ensino Médio, do Plano Estadual de Educação do Estado de Pernambuco e do regime jurídico dos funcionários públicos civis do Estado de Pernambuco.

- 48** É obrigação da União transferir recursos aos Estados e ao Distrito Federal para o atendimento de todas as escolas públicas de ensino médio em tempo integral.
- 49** Se um servidor reingressar no serviço público estadual, ante a insubsistência dos motivos da aposentadoria, é lícito que seja designado para cargo em comissão.
- 50** A conscientização acerca dos riscos da utilização de mídias sociais e jogos eletrônicos está entre as diretrizes do Plano Estadual de Educação.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Relativamente ao tratamento contábil e à avaliação de itens patrimoniais diversos, julgue os itens subsequentes.

- 51** Avaliam-se a valor justo os estoques que apresentem indícios de não poderem ser comercializados por valor que recupere seu custo de aquisição ou produção.
- 52** O ajuste a valor presente de ativos e passivos, quando aplicável, deve ser realizado pelo desconto, no momento do reconhecimento inicial desses itens patrimoniais, em base exponencial *pro rata*, por taxa efetiva de juros, não líquida de efeitos tributários.
- 53** Ocorrendo aumentos significativos no risco de crédito de instrumentos financeiros, estes devem ser baixados contra conta de perdas com créditos de liquidação duvidosa.
- 54** Inclui-se na categoria de abordagem de mercado a técnica matemática de avaliação a valor justo denominada precificação por matriz.
- 55** Considere-se que um veículo tradicionalmente comercializado por R\$ 85 mil tenha sido adquirido por uma empresa comercial, com desconto, por R\$ 78 mil, e que, na concessão do desconto, tenha sido determinante a existência de uma dívida atrasada do revendedor para com essa empresa comercial. Nessa situação hipotética, o veículo deve ser reconhecido, no balanço do adquirente, pelo seu valor justo, que é R\$ 78 mil.

Quanto ao tratamento de ativos imobilizados e intangíveis, julgue os itens seguintes.

- 56** Considere-se que um bem de produção tenha sido adquirido por R\$ 350 mil e colocado imediatamente em atividade, tendo a empresa estimado sua vida útil em 120 meses. Considere-se, ainda, que essa empresa tenha por prática considerar um valor residual de 10% ao final da vida útil de bens, além de adotar o método de depreciação da linha reta. Nessa situação hipotética, após exatos 3 anos de atividade, não tendo havido qualquer revisão em relação às expectativas iniciais quanto ao bem referido, seu valor contábil líquido inscrito no balanço do exercício deverá ser de R\$ 220.500,00.
- 57** Considere-se que um equipamento industrial presente, em dado momento, um valor contábil líquido de R\$ 114.500,00 e que se estime que, em atividade, esse bem produzirá benefícios econômicos de R\$ 112.000,00. Considere-se, ainda, que o valor de mercado desse bem, nas condições em que ele se encontra, seja de R\$ 120 mil e que, para sua venda, seriam gerados custos adicionais de R\$ 8.500,00. Nessa situação hipotética, uma provisão para perda de valor recuperável no valor de R\$ 2.500,00 deve ser constituída.
- 58** Em relação a todos os tipos de ativos intangíveis, a sociedade detentora desses direitos deve testá-los para a perda de valor recuperável, no mínimo, anualmente ou sempre que existirem indícios de tal perda.
- 59** O reconhecimento inicial de bens do ativo imobilizado deve-se dar de acordo com o seu custo de aquisição, acrescido de eventuais despesas, para que tais bens sejam colocados em condições operacionais, sendo mantidos, posteriormente, pelo seu valor justo.

No que se refere ao tratamento contábil de itens patrimoniais passivos, julgue os próximos itens.

- 60** Considere-se que, ao final de determinado exercício social, uma indústria tenha decidido que, até o final do trimestre subsequente, encerrará as atividades de uma de suas unidades e, em função disso, tenha comunicado essa decisão a seus clientes e empregados. Sabendo-se que o encerramento dessas atividades implicará custos com indenização a empregados e outros gastos, é correto afirmar que, nesse caso, constituiu-se um passivo contingente, visto ainda não haver obrigação constituída no momento de encerramento do balanço de encerramento do exercício social citado.
- 61** Classifica-se como circulante a obrigação vencível até o final do exercício social subsequente ao encerramento do balanço social, podendo ser também adotada a duração do ciclo operacional da empresa, quando este for maior que o exercício social.
- 62** Considere-se que um equipamento industrial tenha sido importado por uma metalúrgica pelo valor de US\$ 25 mil, tendo sido recebido no Brasil em 30 de novembro de certo ano, quando a taxa cambial era de R\$ 5,00 por dólar. Considere-se, ainda, que, em 31 de dezembro do mesmo ano, a taxa cambial tenha atingido R\$ 5,10 por dólar e que, 30 dias após o encerramento do exercício citado, a dívida com o fornecedor tenha sido liquidada, momento no qual a taxa cambial era de R\$ 5,15 por dólar. Nessa situação hipotética, o balanço social da metalúrgica referente ao exercício encerrado deve ter apresentado um montante de R\$ 127.500,00 a título de obrigação para com o fornecedor do equipamento.
- 63** Uma debênture conversível em ações é um título híbrido que apresenta um derivativo embutido, exigindo, preenchidas determinadas condições, a segregação contábil do derivativo em relação ao título de dívida.

Acerca dos elementos que integram o patrimônio líquido, julgue os itens que se seguem.

- 64** A recompra de ações emitidas pela própria companhia, uma transação de capital com os sócios, é reconhecida em conta de reserva de capital.
- 65** As perdas com passivos contingentes devem ser registradas em conta de reserva para contingências.
- 66** O reconhecimento de variações do valor justo de instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes se dá por meio de uma conta de dupla natureza no patrimônio líquido.

Os dados a seguir foram extraídos da análise econômico-financeira de uma entidade mercantil.

	empresa Alfa	empresa Beta
liquidez corrente	1,50	1,20
liquidez seca	0,90	0,80
exigibilidade geral	0,75	0,50
composição das exigibilidades	0,60	0,30
retorno sobre os investimentos	0,25	0,30
giro do ativo	2,00	3,00

Com base nessas informações, julgue os itens subsecutivos.

- 67** A empresa Beta tem menor participação relativa de estoques em seus recursos de curto prazo do que a empresa Alfa.
- 68** A empresa Beta tem uma margem de lucro melhor do que a da empresa Alfa.
- 69** A empresa Alfa prioriza recursos de terceiros no financiamento de suas atividades.
- 70** A empresa Alfa tem um endividamento com prazo mais longo do que o da empresa Beta.

No que se refere aos princípios da contabilidade sob a perspectiva do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 71** Um intervalo de possíveis valores e de suas probabilidades relacionadas pode ser utilizado para que a informação contábil seja verificável.
- 72** Todas as transações materiais devem ser reportadas de maneira que transmitam a sua forma jurídica.

Julgue os itens a seguir, com relação aos procedimentos contábeis da depreciação, reavaliação e redução a valor recuperável no setor público.

- 73** Ainda que não sofram mudanças significativas no valor justo, os itens do ativo imobilizado devem ser submetidos ao processo de reavaliação anual.
- 74** Cabe ao próprio ente estabelecer as tabelas de depreciação com o tempo de vida útil e os valores residuais a serem aplicados por ele.
- 75** A redução a valor recuperável pode ser aplicada tanto para ativos geradores de caixa quanto para ativos não geradores de caixa.

Acerca do registro contábil de provisões e passivos contingentes no setor público, julgue os itens subsecutivos.

- 76** A divulgação dos passivos contingentes é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada apenas provável.
- 77** Caso o valor da obrigação a pagar seja diferente do valor da provisão, essa diferença deve ser registrada em contas de ajuste de exercícios anteriores no patrimônio líquido.

Em determinada secretaria de fazenda estadual, foi registrada, em 2 de janeiro de 202X, uma variação patrimonial aumentativa referente ao lançamento de impostos pelo regime contábil de competência, no valor de R\$ 100 mil.

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 78** Ao registrar a receita orçamentária no momento da arrecadação, a secretaria deve lançar uma nova variação patrimonial aumentativa em contrapartida à baixa do ativo anteriormente registrado.
- 79** Independentemente da execução orçamentária e financeira, o referido registro provocará um aumento de R\$ 100 mil do ativo e do resultado do exercício da secretaria no ano de 202X.

A respeito das características e especificidades do sistema de custos no setor público, julgue os itens subseqüentes.

- 80** O custo do período deve ser apurado com base no relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil.
- 81** O custeio por absorção é recomendado para modelos de gerenciamento de custos com menor grau de maturidade.
- 82** Cabe à alta administração da entidade definir e estruturar seus centros de responsabilidade.

As seguintes transações ocorreram em uma entidade pública, em determinado exercício financeiro já encerrado.

- Aprovação da lei orçamentária anual (LOA), no valor de R\$ 100 mil, tanto para estimativa da receita orçamentária quanto para fixação da despesa orçamentária.
- Lançamento de impostos, no valor de R\$ 50 mil, sendo arrecadados 80% desse valor.
- Recebimento de imóvel em doação, no valor de R\$ 80 mil, para uso nas atividades operacionais.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesas de pessoal no valor de R\$ 30 mil.
- Empenho e liquidação relativos à aquisição de veículo para uso na atividade operacional, no valor de R\$ 40 mil, integralmente inscrito em restos a pagar.

Tendo como referência as transações apresentadas, julgue os itens seguintes, a respeito da estrutura e do fechamento das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP).

- 83** Na demonstração dos fluxos de caixa, a aquisição do veículo deve ser contabilizada no fluxo das atividades de investimento, no valor de R\$ 40 mil.
- 84** O resultado orçamentário do exercício apurado no balanço orçamentário foi deficitário em R\$ 50 mil.
- 85** Na apuração do resultado patrimonial da demonstração das variações patrimoniais, deve ser contabilizada uma variação patrimonial aumentativa de impostos no valor de R\$ 50 mil.
- 86** Mesmo não tendo havido execução orçamentária e financeira, o imóvel recebido em doação deve ser evidenciado em contas de ativo não circulante do balanço patrimonial.

Julgue os seguintes itens, à luz do regime de adiantamento de suprimento de fundos da perspectiva dos estágios da receita e da despesa pública.

- 87** Caso a devolução de valores não aplicados do suprimento de fundos ocorra em exercício seguinte ao da concessão, uma receita orçamentária deverá ser realizada.
- 88** Na liquidação da despesa orçamentária do suprimento de fundos, ao mesmo tempo em que ocorre o registro de um passivo, há a incorporação de um ativo.

Considerando a classificação por fontes ou destinações de recursos e sua utilização, julgue os itens que se seguem.

- 89** Será necessária a classificação específica de fontes de recursos sempre que existir um recurso financeiro com destinação específica.
- 90** A classificação por fontes ou destinações de recursos tem como objetivo agrupar receitas orçamentárias de mesma categoria econômica, sejam elas correntes ou de capital.

A respeito dos tributos, julgue os itens a seguir.

- 91** A utilização efetiva ou potencial de um serviço público específico e divisível possibilita a cobrança de taxa; por conseguinte, é possível a cobrança de taxa pela coleta domiciliar de lixo em locais onde tal serviço não é prestado.
- 92** Tributo é toda prestação pecuniária compulsória.

Com relação às retenções na fonte realizadas pela administração pública federal, julgue os itens subsecutivos.

- 93** O pagamento efetuado por uma fundação da administração pública federal a uma pessoa jurídica, em razão de prestação de serviços, estará sujeito à incidência, na fonte, do imposto de renda, e o valor retido poderá ser compensado com o que for devido a qualquer espécie de imposto, desde que para o mesmo ente federativo.
- 94** O pagamento efetuado por um órgão da administração pública federal a uma pessoa jurídica, pela prestação de serviços, estará sujeito à incidência, na fonte, da contribuição social sobre o lucro líquido, e o valor retido será levado a crédito da respectiva conta de receita da União.
- 95** O pagamento efetuado por uma autarquia da administração pública federal a uma pessoa jurídica, em razão de fornecimento de bens, estará sujeito à incidência, na fonte, da contribuição para seguridade social, sendo o valor retido determinado pela aplicação da alíquota do montante a ser pago.
- 96** O pagamento efetuado por um órgão da administração pública federal a uma pessoa jurídica, em razão de fornecimento de bens, estará sujeito à incidência, na fonte, da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), sendo o valor retido determinado pela aplicação da alíquota sobre a metade do montante a ser pago.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 971/2009.

- 97** Na ocorrência de situação que constitua fato gerador de obrigação previdenciária principal, as pessoas que tenham interesse comum nessa situação serão solidariamente obrigadas, estando excluídas da responsabilidade solidária as contribuições destinadas a outras entidades.
- 98** Os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, não integram a base de cálculo para fins de incidência de contribuições, com exceção do salário-maternidade.
- 99** No caso de um segurado contribuinte individual que presta serviço por conta própria a missão diplomática, cabe a esta o recolhimento da contribuição social previdenciária correspondente.

Julgue os próximos itens, considerando a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012.

- 100** As sociedades de economia mista são dispensadas de efetuar retenções na fonte de contribuição para o PIS sobre pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de serviços em geral.
- 101** As entidades da administração pública federal não retêm valores relativos ao imposto de renda e à contribuição social sobre lucro líquido dos pagamentos que realizam a serviços sociais autônomos autorizados por lei.

Considerando o disposto na Lei Complementar n.º 116/2003, julgue os itens a seguir.

- 102** A autonomia federativa confere aos municípios a possibilidade de estabelecerem alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza inferior ao mínimo estabelecido na referida lei complementar no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço.
- 103** Na lista de serviços contida nessa lei complementar, a psicologia enquadra-se como congênere do serviço de medicina.
- 104** Independentemente da denominação dada ao serviço prestado, haverá a incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- 105** Para o pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza, a base de cálculo será o preço do serviço.

Acerca dos créditos ordinários e adicionais no orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 106** Os créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual (LOA) podem ser abertos por atos próprios dos Poderes Legislativo e Judiciário, desde que sejam indicados recursos compensatórios dos órgãos favorecidos, sendo vedado o cancelamento de despesas financeiras para a suplementação de despesas primárias.
- 107** Os créditos adicionais classificados como suplementares são destinados a reforço de dotação orçamentária insuficientemente atribuída na lei orçamentária anual (LOA), podendo ser destinados ao atendimento de despesas relacionadas a calamidade pública ou comoção nacional.

Considerando que as etapas da receita seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos em face do modelo de orçamento existente no país, julgue os itens que se seguem, no que concerne à receita pública.

- 108** Os créditos tributários exigíveis pelo decurso de prazo para pagamento serão inscritos como dívida ativa após a apuração da sua liquidez e certeza, e a correspondente receita será escriturada na dívida ativa.
- 109** A principal fonte de recursos do governo são tributos que asseguram a receita orçamentária corrente, incluindo-se os impostos e as contribuições. Enquanto os impostos são recursos financeiros para o Estado custear as atividades que lhe são objeto de arrecadação, as contribuições têm por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica.
- 110** No estágio de liquidação da receita pública, ocorre a transferência dos valores arrecadados com impostos para a conta específica do Tesouro, este responsável pela administração, controle e programação financeira para pagamento das despesas orçamentárias.

Execução da LOA-PE no ano de 2021

Secretaria de Educação e Esportes

Custeio de merenda escolar — contrato de gestão

modalidade do empenho	valor empenhado (R\$)
ordinário	617.820,05
estimativo	28.773.333,29
global	213.504,10
total	29.604.657,44

Fonte: <<http://web.transparencia.pe.gov.br/>>

Com base nos dados da tabela precedente e nos conhecimentos acerca das despesas públicas, julgue os itens a seguir.

- 111** O suprimimento de fundos pode ser usado para as despesas que não possam aguardar o tempo necessário para o ciclo normal de um dispêndio devido ao seu caráter anormal ou pela pronta urgência na satisfação de uma necessidade pública.
- 112** O valor liquidado no custeio de merenda escolar durante a execução da LOA-PE, em 2021, foi superior a 30 milhões de reais, excetuando-se os restos a pagar já pagos.
- 113** O empenho ordinário constante na tabela foi utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento ocorreu de uma só vez.
- 114** A classificação do valor de R\$ 28.733.333,29 como empenho estimativo justifica-se por ser ele decorrente de despesas cujo montante não se pode determinar previamente.
- 115** O valor do empenho global foi classificado nessa modalidade por ser pago como restos a pagar no orçamento de 2021.

Acerca do orçamento público no Brasil, julgue os itens que se seguem.

- 116** Em respeito ao princípio da anualidade, o ano fiscal no Brasil tem uma duração de 12 meses, não coincidente com o ano civil, de modo que o prazo final para o Poder Executivo inscrever as despesas em restos a pagar encerra-se no dia 31 de março.
- 117** O ciclo orçamentário brasileiro, válido para a União, estados, Distrito Federal e municípios, está organizado em três peças legislativas: plano plurianual (PPA), LDO e LOA, e cada uma delas apresenta funções bem definidas pela Constituição Federal de 1988 (CF), mas de forma integrada e referenciadas nas prioridades definidas no PPA.
- 118** Durante o ciclo orçamentário que ocorre a cada quatro anos no Brasil, não coincidente com o mandato do chefe do Poder Executivo, o Poder Legislativo deve anualmente discutir e aprovar a LDO, com os objetivos, metas e diretrizes da LOA.

À luz da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas alterações, julgue os itens a seguir, acerca da dívida pública.

- 119** A dívida do setor público, flutuante ou fundada, refere-se ao total apurado sem duplicidade das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a 12 meses.
- 120** No projeto de lei orçamentária anual, devem constar todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, assim como as receitas que as atenderão. Além disso, o refinanciamento da dívida pública constará de forma separada na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

Espaço livre
